MULHERES

E HOMENS NÃO COMPARTILHAM DA MESMA HISTÓRIA:

ESTRATÉGIAS PARA A MULHER ENTRAR NO JOGO POLÍTICO

Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento
CÂMARA DOS DEPUTADOS
Portal EVC
Onde Educação Vira Cidadania

CRÉDITOS

Direção de projeto
Alessandra Watanabe

Conteúdo e curadoria
Giovana Perlin

Desenho educacional:
Bruna Leite e Adriana Magalhães

Layout:
Rafael Oliveira

Imagens:
DepositPhotos

Coordenação de Educação a Distância:
Márcio Martins

Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento:
Juliana Werneck

Câmara dos Deputados

Última atualização: maio de 2021

SUMÁRIO

1. Desigualdade entre mulheres e homens: uma pauta política
2. Então para que serve a expressão gênero?
3. Um mundo construído pelos homens para ser habitado por homens
4. Papéis de gênero e impactos no mundo do trabalho e da família
5. Os tempos são outros?
6. O que isso tudo tem a ver com a política?
7. Então, quais as estratégias para entrar no jogo político?
8. Como entrar no jogo?
9. Referências

1 DESIGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS: UMA PAUTA POLÍTICA!

Inicialmente, um esclarecimento breve que busca deixá-la mais segura quando esta temática da desigualdade entre mulheres e homens vem à pauta.

Certamente, se você entrar na política, vai ser cobrada sobre isso por todos os lados, e, se já está na política, deve lidar com situações desafiadoras constantemente. Discussões acaloradas sobre ideologia de gênero, feminismo, entre outras, no ambiente político, muitas vezes roubam a cena e tiram o foco do que é mais importante: a sua atuação.

Por isso, é importante conhecer este tema para não cair em armadilhas na política, identificar barreiras contra as mulheres e desenvolver estratégias para superá-las.

Gênero é um termo que foi adaptado para mostrar para a sociedade que as diferenças que são comumente notadas entre homens e mulheres foram desenvolvidas ao longo da história pela cultura, e não pelas diferenças biológicas. Ele enfatiza o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo.

Você lembra que até alguns atrás séculos mulheres não podiam usar calça comprida? Nem votar? Nem trabalhar sem o consentimento do marido? Lembra que o homem não podia chorar? Que homem não cuidava de bebês e tinha que ser o chefe da família?

Todos esses papéis eram fixos e definidos conforme o sexo com o qual a pessoa nascia. Era como um carimbo do que se podia ou não fazer na sociedade. Com o desenvolvimento de gênero, como uma categoria para analisar as relações históricas desenvolvidas entre homens e mulheres, pudemos mudar essa visão fixa e compreender que essas limitações podem e devem ser mudadas para o desenvolvimento social.

Hoje, homens e mulheres podem ocupar diversos papéis sociais, e se eu perguntar a você o que é ser homem ou ser mulher, ou melhor, o que lhe faz dizer que é homem ou é mulher, provavelmente você terá dificuldades para responder.

Ser mulher é apenas ter o aparato sexual feminino?
Ser homem é apenas ser forte?
Ser mulher é ter os cabelos compridos?
Ser homem é ser racional?

O que compreendemos hoje é que o que se chama de masculino e feminino são construções complexas de interações de papéis e identidades, em constante mutação.

Na verdade, cada vez mais o que é ser homem e ser mulher vem se aproximando do caminho da equidade, ou de um caminho muito similar.

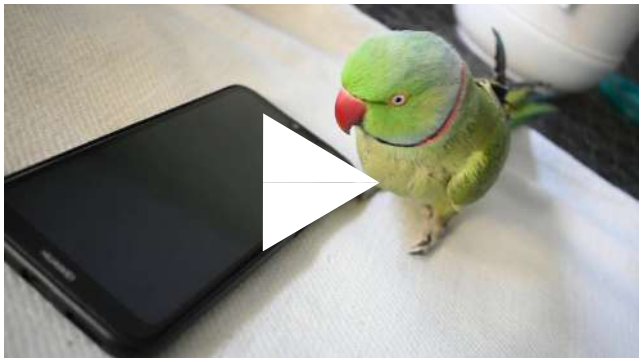
2 ENTÃO PARA QUE SERVE A EXPRESSÃO GÊNERO?

Para analisar as relações de poder!

A expressão GÊNERO é muito útil para falarmos das diferentes relações de poder e, consequentemente, dos diferentes espaços e papéis sociais a serem ocupados, conforme o sexo com o qual a pessoa nasce. Por exemplo, quando falamos em desigualdade de gênero, estamos nos referindo a um tipo de desigualdade – aquela marcada pelas relações de poder construídas com base na diferença sexual.

Atualmente, homens e mulheres podem ocupar diversos papéis e espaços sociais. Mas ocupam da mesma forma? Os espaços de homens e mulheres são vistos com a mesma lente de valor? Alguns dados mostram que não é bem assim. Na maior parte do mundo, apesar de teoricamente homens e mulheres possuírem direitos e deveres similares, eles não experienciam de forma igualitária esses normativos sociais.

De forma geral, homens recebem mais do que mulheres para desempenhar a mesma função; as mulheres estão em muito menor número nos quadros das melhores remunerações e em cargos de poder; são minoria na política e nos esportes mais valorados pelo mercado, entre tantas outras diferenças, também chamadas de gaps de desigualdade de gênero.



Veja este vídeo de uma campanha da empresa “Always”, e pense sobre como ser mulher é explicitamente visto com ser inferior.

Desde 2006, o Fórum Econômico Mundial apresenta o Índice Global de Gap de Gênero, um relatório produzido a partir de uma ferramenta que mede a extensão das lacunas de gênero entre quatro principais dimensões: Participação e oportunidade econômicas, desempenho educacional, saúde e sobrevivência e empoderamento político. Você pode observar esses números acessando: **Global Gender Gap Report 2020.** *(link)*

Bom, se as diferenças entre homens e mulheres aparecem nos números, e estamos argumentando que elas não se justificam pelos marcadores biológicos sexuais, como elas foram moldadas?

FOCO NO SEU OBJETIVO!

Não se deixe confundir por utilizações diversas dadas a “gênero”. Isso porque, nas políticas públicas, a utilização da expressão não se mostra mais necessária do que a compreensão de sua utilização. Isso significa que você, como mulher na política e não como acadêmica, pode utilizar tanto a expressão “desigualdade de gênero” como a expressão “desigualdade social entre homens e mulheres”.

Aprenda mais sobre isso com a experiência de Portugal, na qual se observou que a adoção da expressão “gênero” teve, em certo aspecto, um impacto negativo nas políticas voltadas para as mulheres. Veja o estudo apresentado na Revista Estudos Feministas: Desafios e tendências das políticas de igualdade de mulheres e homens em Portugal. *(Link)*

3 UM MUNDO CONSTRUÍDO PELOS HOMENS PARA SER HABITADO POR HOMENS

Fonte/ Reprodução: Propagandas históricas

Uma marca de roupas, a "Van Heusen", apresentou essa propaganda com a frase "Mostre para ela que o mundo é dos homens". Observe que o homem está pronto, com sua gravata, para trabalhar fora, enquanto a mulher, em um robe, lhe

Vocês já se perguntaram como esta ordem social foi construída?

Lá na Pré-história, quando os primeiros humanos foram gerados, o mundo era muito diferente do que é hoje. Sabemos disso devido aos achados arqueológicos e estudos antropológicos, os quais coletam dados que são transformados em informações sobre como os primeiros humanos viviam. Esses lares rudimentares eram formados, inicialmente, por grupos de humanos nômades, pois como ainda não haviam desenvolvido a agricultura, sua forma de sobrevivência em um ambiente muito hostil era com a coleta de frutos e plantas e com a caça de animais.

A hostilidade do ambiente Pré-histórico, somada à fragilidade do ser humano, implicava que sobreviver sozinho ou em número pequeno era muito difícil. Assim, grupos de humanos se formavam a fim de que uma pequena comunidade colaborativa tivesse maior chance de prosperar. Nessa comunidade, o trabalho era dividido e igualmente necessário e valorizado.

Devido à fragilidade do bebê humano – que nasce muito prematuro quando comparado às outras espécies de seres vivos – homens e mulheres do grupo permaneciam juntos na tarefa de cuidar da sobrevivência dos filhos, que não eram vistos, nessa época, como pertencentes aos pais biológicos, mas, sim, como pertencentes à comunidade.

Assim, devido às determinações sexuais biológicas – principalmente relacionadas à reprodução – as mulheres cuidavam do ambiente "doméstico" primitivo, incluindo as crianças e a coleta de alimentos, e os homens cuidavam da caça e conquista de outros espaços e comunidades. Ambos eram igualmente importantes para a sobrevivência da espécie, já que eram totalmente interdependentes: sem o trabalho de um não existiria o trabalho do outro. A cooperação era imprescindível.

Durante o processo de evolução dessas comunidades para a atividade de criação de animais e agricultura, situa-se a construção da primeira noção embrionária de propriedade privada, sendo apontada como uma espécie de marco da apropriação das mulheres e das crianças pelos homens.

Boa parte das teorias sobre como essa diferenciação de valor do trabalho ocorreu baseia-se em um ponto: a ideia de acumular o que era produzido por meio do trabalho, já que alguns homens se destacavam na atividade de caça, conquista e agricultura.

Avalia-se que levou um longo tempo para que a divisão sexual do trabalho se transformasse também em diferença da valoração do trabalho. Os homens que se destacavam deixavam a produção excedente aos cuidados de um pequeno grupo enquanto saíam para produzir mais – trata-se de uma espécie de embrião da família moderna. Esse grupo, aos poucos, passou a fazer parte das posses daquele homem.

Infelizmente, nesse período histórico, as primeiras comunidades, sem ter consciência disso, começaram a estabelecer a desigualdade entre homens e mulheres, dando valor diferente para o trabalho e o espaço social de cada um.

O que se desenrolou ao longo da história humana foi a delimitação cada vez mais específica de papéis. De um trabalho livre, diversificado e valorizado, as mulheres passaram a ocupar trabalhos cada vez mais circunscritos ao cuidado do que era acumulado pelo homem e sob seu controle e comando. Claro que isso não se deu de uma hora para outra.

Mas, esse longo período histórico criou caminhos paralelos para homens e

Imagine um ambiente selvagem, hostil, no qual os homens saíam para caçar e conquistar outros grupos enquanto as mulheres cuidavam das crianças, dos alimentos e da criação de artefatos como armas e utensílios. Mulheres e homens, a partir desses ambientes laborais diferenciados, desenvolveram também habilidades diferenciadas. Mulheres desenvolveram mais a capacidade de comunicação relacional, enquanto os homens a de comunicação informacional. A atividade de caça envolvia muitos processos cerebrais e bioquímicos de agressividade, enquanto que a atividade de cuidado da comunidade e criação de artefatos envolvia processos diversificados, cooperativos e empáticos.

Os cérebros de homens e mulheres eram diferentes? Pouquíssimo. Mas, até hoje, a educação e os espaços sociais diferenciados fazem com que as estruturas cerebrais envolvidas em diferentes habilidades pareçam determinações naturais ou biológicas. Mas, na verdade, homens e mulheres possuem um cérebro apto a aprender e a realizar as mesmas coisas. Isso só depende da aprendizagem.

4 PAPÉIS DE GÊNERO E IMPACTOS NO MUNDO DO TRABALHO E DA FAMÍLIA

Como vimos, aproximadamente ao final da pré-história, homens e mulheres começaram a seguir caminhos paralelos. O homem se consolidou como o principal acumulador de valor, enquanto a mulher se consolidou como a principal cuidadora do ambiente doméstico.

Na idade antiga, o quadro se agravou, sendo a mulher, na maior parte das sociedades, uma propriedade que era passada do pai ao marido. Na idade média, com as sociedades se desenvolvendo e aumentando, continuou o processo de controle das mulheres pelos homens.

Falamos de forma geral para que possamos compreender, mas vale ressaltar que em diferentes castas sociais existiam diferentes formas de exercício dos papéis. Por exemplo, as mulheres de classes pobres trabalhavam junto aos homens, acumulando o trabalho agrícola ou no campo com os cuidados domésticos. Mas, mesmo trabalhando de forma similar ao homem, seu trabalho não era compreendido como produtivo, mas, sim, como auxiliar, fazendo parte de mais uma das obrigações naturais da mulher. As mulheres das castas mais altas não trabalhavam, mas viviam presas ao âmbito doméstico, saíam pouco de casa, poucas tinham acesso ao que se produzia de inovação ou cultura, desenvolvendo habilidades voltadas às bodas, ou à dedicação ao homem e seus filhos. As que se interessavam e conseguiam ter acesso à cultura e informação geralmente pagavam um preço alto, ou, mesmo, não foram contabilizadas pela história.

Até meados do século XIX, a mulher tinha sua vida pautada nos interesses masculinos: dentro de uma redoma de castidade e de resignação, sua principal função era procriar e obedecer às ordens do pai ou do marido. Circunscritas ao ambiente privado e doméstico, as mulheres permaneceram um longo período se aperfeiçoando em atividades desvalorizadas pelo mercado e pelo mundo dos homens.

A maior parte dessas atividades eram as únicas às quais elas poderiam se dedicar e, geralmente, eram consideradas extensões das naturais aptidões femininas, ou seja, voltadas ao cuidado e aos trabalhos manuais.

Ainda é importante situar que estamos nos referindo principalmente à história europeia. Não que no Oriente tenha havido um percurso de menor desigualdade, mas, sim, ocorreu de forma um pouco diferente. Também não podemos deixar de nos remeter às exceções: Cleópatra, Artemísia I de Cária, Joana Darc, Ana Bolena, Catarina, a Grande, Elizabeth I, Maria Stuart, Marie Curie, entre tantas outras mulheres que apareceram na história como figuras marcantes.

A questão principal aqui não era a capacidade da mulher para desempenhar determinada tarefa, mas o impedimento social para que a mulher se ocupasse com atividades consideradas masculinas.

Por muito tempo não eram recepcionadas em determinados cursos universitários, no exército, não podiam frequentar determinados locais públicos, não podiam exercer atividade política e nem votar, não podiam trabalhar sem autorização do marido ou do pai, entre tantas outras interdições mostradas pela história.

Por um bom tempo foram mesmo consideradas incapazes de tomarem decisões, inclusive, como mostra uma parte da história da psiquiatria, por possuírem o que se acreditava serem defeitos de caráter e emocionais presentes em sua constituição natural.

Essa visão acerca das mulheres fez com que elas demorassem a ocupar todos os espaços sociais e laborais possíveis e, quando começaram, já havia um modo de operar muito definido: o modo dos homens. Enquanto as mulheres executavam atribuições subordinadas aos homens, eles ganhavam o mundo. Na verdade, a organização do mundo tal qual conhecemos hoje é devida aos homens, que o fizeram com base em seus padrões de interação inaugurados lá na pré-história.

Atividades baseadas na força, jornadas de trabalho que não consideravam a questão reprodutiva ou a necessidade de tempo para cuidar das crianças, doentes e idosos, estão entre as criações de mundo a partir do olhar do homem. Todas as atividades de trabalho que não fosse doméstico não foram pensadas para serem ocupadas por mulheres.

Nesse mundo masculino, as mulheres foram levadas a se adaptarem para, só assim, acessarem, mesmo que com dificuldade, o mundo público, social. Em espaços tradicionalmente ocupados por mulheres, como na área do cuidado e do ensino, o ambiente social pode ser menos aversivo. Mas, quando a predominância masculina se observa, e ela aumenta com a subida hierárquica de cargos, as dificuldades e barreiras de gênero são implacáveis.

Você Sabia?

Até dezembro de 2015 o Senado Federal não possuía um banheiro feminino no Plenário para o uso das Senadoras. “O banheiro das parlamentares era o do restaurante anexo ao Plenário, disponível desde 1979, quando foi eleita a primeira senadora Eunice Michilis.”

Veja: Bancada Feminina do Senado conquista direito a banheiro feminino no Plenário. *(link)*

5 OS TEMPOS SÃO OUTROS?

Hoje vemos mulheres ocupando quase todos os espaços sociais, isso é verdade. Em quase todos os países já é aceito que homens e mulheres devem possuir os mesmos direitos e deveres.

Mas, para ocupar os espaços num mundo que não foi adaptado, as mulheres pagam um preço alto.
Vimos que elas eram as principais cuidadoras do ambiente doméstico. Isso é um tipo de trabalho? Sim! Mas se trata de um trabalho praticamente invisível economicamente, já que por séculos foi considerado uma obrigação natural da mulher. Assim, quando a mulher entrou maciçamente no mercado de trabalho formal, nenhum tipo de providência foi tomada para suprir a lacuna do trabalho doméstico. A mulher acabou por acumular

É importante parar um segundo e se perguntar: quanto, em dinheiro, vale o trabalho doméstico? Em nossa sociedade, o trabalho doméstico ou não é computado (fica por conta da mulher, que o faz por amor ou por obrigação) ou ele é bem desvalorizado (por que é considerado uma extensão natural das habilidades naturais femininas).

Você já se perguntou quanto teria que pagar se passasse o seu trabalho em casa para outra pessoa fazer? Por que não se enxerga o trabalho doméstico?

A questão da acumulação de jornadas visíveis de trabalho - formal, remunerado - com as jornadas invisíveis - cuidado doméstico, dos filhos, doentes e idosos - impacta de forma decisiva na performance social feminina.

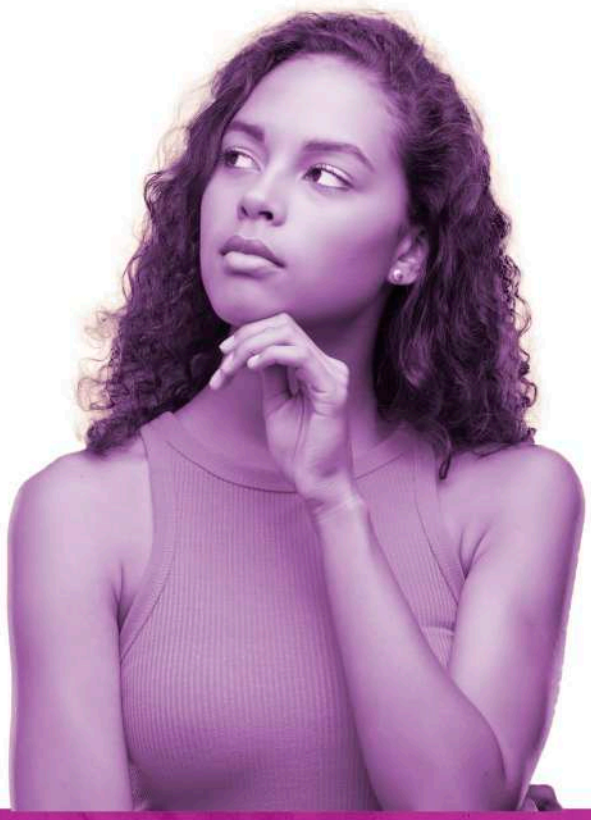
As mulheres se sentem mais cansadas, mais culpadas e pressionadas por manter um padrão de performance voltado para o lar, enquanto os homens continuam, de forma geral, com os mesmos papéis e funções. Assim, o tempo do homem e da mulher se torna, na prática, diferente.

Mulheres têm menos tempo para se dedicarem, por exemplo, para a política. Assim, acabam por decidir por trabalhos que não exijam muito tempo longe do lar, trabalhos que não envolvam viagens, e locais de trabalho próximos de casa ou da escola das crianças. É uma escolha delas? Pode parecer que sim, mas, desde pequenas, as mulheres são ensinadas a pensar que a família e o lar são suas maiores responsabilidades.

Você já ouviu alguma mulher pensar se faz um concurso para juíza agora ou depois de ter um filho? Ou mesmo um mestrado?
Agora avalie: você já ouviu algum homem se perguntar sobre isso?

Ou seja, as mulheres se sentem mais responsáveis pelo cuidado da família, são mantidas pela sociedade nesse papel, o que faz com que acumulem trabalho remunerado e não remunerado, enquanto os homens podem se dedicar a um tipo só de trabalho: o remunerado.

Sobra mais tempo para os homens tratarem de outras coisas, como tempo para si, tempo para política, tempo para os amigos. Outra questão importante: as pessoas não dão valor ao trabalho não remunerado. Quantas vezes as mulheres não ouvem aquelas frases: “você não trabalha? Só cuida da casa?”



6 O QUE ISSO TUDO TEM A VER COM A POLÍTICA?

Não é simples fazer a ligação entre barreiras de gênero e política. Geralmente a pergunta que vem é: mas o que impede a mulher de entrar maciçamente na política?

Usar seu tempo principalmente para assuntos da família, de crianças, idosos e doentes, trabalhar fora e ainda em casa, não ter dinheiro para a campanha política, encontrar um ambiente aversivo e machista no espaço político, não se sentir qualificada o suficiente para falar sobre política, estão entre as razões pelas quais, para a mulher, é mais difícil avançar na

Vários estudos têm buscado compreender o fenômeno da sub-representação feminina nos parlamentos, ou seja, por que temos tão poucas mulheres nos parlamentos e em locais de poder na política.

A participação política demanda, basicamente, três tipos de recursos: dinheiro (financiamento), tempo livre e rede de contatos (influência). Os grupos que estão em posição desfavorável, como o das mulheres, normalmente não possuem um ou mais desses recursos.

A hipótese de que os eleitores são fator determinante para compreensão da sub-representação, tendendo a não votar em mulheres, vem sendo descartada. Podemos observar que algumas mulheres vêm conseguindo acessar, pelo voto, os postos mais altos no Executivo, por exemplo.

Toda essa história da humanidade levou ao que observamos atualmente: as mulheres encontram diversas barreiras para ocuparem os espaços sociais mais valorizados, como a política. Vamos conhecer um pouco mais sobre essas barreiras.

1. A barreira da cultura

Você já reparou que o ambiente de sindicatos, de reuniões de associações e de partidos políticos é predominantemente masculino? Pois é: o ambiente político não é considerado um local para mulheres. Muitos maridos ou companheiros consideram, inclusive, que suas mulheres não podem frequentar “este tipo de lugar.”

A cultura de gênero afeta, inclusive, as formas como homens e mulheres utilizam estratégias de negociação ou de contato profissional. Por exemplo, se dois homens marcam de conversar sobre trabalho em um bar, não há nenhum problema nisso: trata-se de um ambiente informal considerado benéfico para discutir questões profissionais.

Mas e se uma mulher e um homem combinam um encontro profissional em um bar? E se uma parlamentar convidar outro parlamentar para discutir um projeto de lei degustando um bom vinho? E se uma profissional de lobby convidar um parlamentar para um jantar?

Pois há séculos homens utilizam ambientes informais, principalmente restaurantes e bares, para fecharem acordos e discutirem negócios. Geralmente, esses locais e essas estratégias são proibidos para as mulheres. Isso as coloca em desvantagem e fora do jogo. É como se fosse um clube do qual elas não são sócias.

Na nossa cultura, ambientes de decisões políticas são dominados por homens, que supostamente seriam os maiores conhecedores das soluções para esses tipos de problemas. As mulheres seriam conhecedoras de soluções para assuntos domésticos, como cuidar e ensinar. Assuntos sobre orçamento, tributação e segurança pública, por exemplo, seriam apropriados aos homens.

Assim, os espaços tradicionais de gênero também refletem as especialidades e ideologias das mulheres na política. As mulheres se envolvem mais em políticas relacionadas aos interesses de mulheres e crianças. Também obtêm mais confiança dos eleitores quando se trata de "temáticas de mulheres", como saúde, educação, meio-ambiente e ajuda social. Nesse contexto, permanecem lidando principalmente com essas temáticas, como se não pudessem avançar nas outras. Precisamos lembrar que essas temáticas são consideradas, no jogo político, menos relevantes como agendas de governo, ou seja, são menos disputadas politicamente.

2. A barreira do dinheiro

Pesquisas mostram que financiamento de campanha está diretamente relacionado a sucesso eleitoral, ou seja, quem tem dinheiro para sua campanha política tem mais chance de ser eleito.

Quando observamos a situação das mulheres, não é difícil chegar à conclusão de que estão fora da corrida eleitoral:

- Elas ganham menos que os homens, mesmo trabalhando em ocupações similares;
- Elas possuem menor renda média e também menos propriedades;
- Elas recebem menos dos fundos partidários e, quando recebem, muitas vezes precisam vincular seus nomes ao de algum outro candidato homem;
- Elas têm arrecadações de campanha significativamente menores do que homens candidatos.

Considerando a alta correlação entre financiamento e sucesso nas urnas, o escasso financiamento eleitoral de mulheres pode ser fundamental para explicar seu baixo desempenho eleitoral.

Ou seja, o fato das mulheres possuírem menos recursos financeiros do que os homens impacta diretamente na sua elegibilidade, e isso tem tudo a ver com gênero.

3. A barreira da divisão sexual do trabalho e do tempo

A forma como o tempo é utilizado também é variável importante para a compreensão da sub-representação. O peso das tarefas domésticas ainda recai de forma desproporcional sobre as mulheres, apesar de terem ocorrido mudanças nos arranjos maritais.

A maior quantidade de horas trabalhadas pelas mulheres, no Brasil, aproximadamente 5 horas a mais de trabalho semanal (IBGE, 2013), não significa ampliação de seu poder econômico, porque atuam mais em trabalhos não remunerados e não contabilizados, como as atividades domésticas, o cuidado com os filhos e com pessoas idosas ou doentes. Com maior sobrecarga laboral elas têm menos tempo livre para participar de movimentações políticas. Essas tarefas são permanentes, o que compromete a participação no competitivo mundo político.

A questão da divisão sexual do trabalho afeta, também, o chamado "pool de elegibilidade", que são aqueles espaços sociais propícios aos contatos políticos, locais cheios de poder de influência, que são propulsores para carreiras políticas.

Poucas mulheres ocupam posições estratégicas nas profissões que servem como via para carreiras na política e, quando ocupam, não sentem motivação suficiente para levar adiante uma possível entrada na política.

Essa escassez implica que as ocupações que permitem estabelecer relações de influência são pouco acessíveis a elas, que têm menos chance de receber incentivos para uma candidatura advindos de uma fonte política. Quando um líder, ou outro ator político, oferece apoio, o candidato potencial tende a levar adiante uma candidatura.

4. A barreira do autoconceito

As mulheres não se percebem suficientemente preparadas para participar do mundo político, influência de educação e socialização tradicionais. Independentemente de suas qualificações ou credenciais, e mesmo pertencendo à camada superior de realização profissional, elas não se consideram qualificadas suficientemente para concorrer a um cargo político.

É como se os homens possuíssem mais propriedade ou conhecimento para serem políticos, o que é uma grande inverdade.

Mulheres possuem, de forma geral, mais educação formal do que os homens e, como veremos mais adiante, uma carreira política não se sustenta sobre o conhecimento técnico, mas, sim, sobre a capacidade de articulação política e a capacidade de representar os eleitores. Então, não há razão para as mulheres se sentirem menos qualificadas para discutir política.

Se pensarmos bem, qual é o político que possui grande conhecimento técnico sobre todos os temas deliberados? E, em novo exercício de memória, quantos parecem até inadequados para se expressar em público?

7 ENTÃO, QUAIS AS ESTRATÉGIAS PARA ENTRAR NO JOGO POLÍTICO?

O que importa no jogo?

Você já ouviu falar em presidencialismo de coalizão? É um termo bem conhecido no ambiente político que descreve como nosso governo funciona politicamente. É importante para você conhecer, porque envolve as relações entre o Legislativo e o Executivo, de forma geral. Trata-se de um grande jogo, ou seja, possui regras e estratégias para os participantes ou atores políticos. Vamos conhecer?

Imagine que você foi eleita síndica de um grande condomínio. Nele há uma certa divisão de opiniões e necessidades das pessoas que se organizam por quadras. A quadra A possui 100 casas, representadas pela moradora Joana. A quadra B possui 20 casas, cujo representante é João. Há, ainda, as quadras C, D, E, F, G e H, cada uma com um número diferente de casas e com seu representante.

Você chegou como síndica com várias ideias suas para gerir o condomínio, e, ainda, sabe que cada quadra possui suas necessidades e opiniões específicas. Quanta coisa para considerar e compatibilizar, não?

Como as decisões são tomadas pelo voto, fica difícil conseguir o apoio e o consenso para tantas quadras, mas, você precisa de maioria dos votos para poder aprovar e implantar suas ideias. O que você faz? Você tenta conquistar a maior parte das quadras para garantir a aprovação da proposta no dia da votação. Mas, lembre-se que cada quadra possui também suas próprias propostas e podem exigir que, para votarem conforme sua vontade, recebam alguma contrapartida, seja o seu apoio para alguma proposta delas, seja conseguindo algum benefício, como um parque na rua, uma iluminação, uma calçada. Algumas quadras, principalmente aquelas que possuem maior número de casas, podem pedir, inclusive, que você nomeie o representante como subsíndico, ou como secretário financeiro, ou até que contrate alguém indicado para a função de fiscal de condomínio.

Imagine que quanto maior o condomínio, mais difícil será para você gerir essas contrapartidas demandadas de cada quadra para lhe apoiarem nas decisões. Nessa nossa alegoria, as quadras que combinam as contrapartidas seriam a coalizão, que precisa ser formada para conseguir o apoio. E que jogo você faz?

Você, como síndica, precisa gerir essa coalizão, avaliando como conseguir o apoio sem ceder demais nas contrapartidas e lidando com a insatisfação de algumas quadras que não conseguem exatamente o que querem e com a competição entre elas pelos possíveis benefícios. Ou seja, você avalia e maneja os custos da coalizão. O síndico seria o chefe do executivo. As quadras seriam os partidos, e os representantes seriam os líderes partidários.

No presidencialismo de coalizão, a questão relacionada ao custo de gestão da coalizão é ponto fundamental, assim como a negociação de agendas. A compreensão do jogo entre os atores nas coalizões multipartidárias é ponto essencial. Isso porque esse jogo, que envolve o peso dos possíveis custos, apresenta promissoras contrapartidas: abre portas para possibilidades de ganhos de troca e de cooperação entre os atores políticos, benefícios e vantagens aos quais as mulheres raramente têm acesso. Elas estão, em verdade, fora do jogo.

Os executivos e legislativos estaduais e municipais funcionam de forma parecida, mas, segundo Abrucio (1998), a força do Executivo estadual frente aos outros poderes seria superior à exercida pelo presidente em relação ao Congresso Nacional, ao que o autor denominou "ultrapresidencialismo estadual". Para nossa compreensão do jogo político, o mais importante é a assimilação da relação importante entre executivos e legislativos, sejam eles estaduais ou municipais.

Voltemos à nossa alegoria. Digamos que apenas uma quadra tenha como representante uma mulher, e essa única quadra possua apenas 4 casas. São poucos votos, né? Você, como síndica, pode avaliar que esses votos valem pouco e, assim, não vale a pena atender à necessidade dessa quadra. É melhor você atender à necessidade da quadra A, que lhe garante 100 votos. Isso acontece no jogo da vida real no presidencialismo de coalizão.

Como há poucas mulheres nessas posições estratégicas (que rendem votos) elas nem são chamadas para negociar. Assim, nem podem colocar suas necessidades e de seus representados.

Em outras palavras, a maior parte das mulheres parlamentares concentra suas atuações em temas que são pouco importantes no contexto do jogo político. Isso faz com que sua atuação seja mais como coadjuvante do que como protagonista. Faz com que não tenham cadeiras nas reuniões de líderes e nem sejam chamadas para definir ou negociar agendas.

Importa, então, no jogo, que elas tratem de todos os assuntos e estejam posicionadas em locais estratégicos como:

- presidências de comissões;
- relatorias de projetos considerados importantes para o Executivo, principalmente aderentes aos planos de governo e governabilidade;
- lideranças partidárias,
- cadeiras na composição de mesas diretoras.

8 COMO ENTRAR NO JOGO?

1. Aumente seu poder de interferência política

As principais ações legislativas de mulheres concentram-se, como vimos, em temas pouco caros para a política, como educação, saúde e família. Isso faz com que o potencial de interferência das mulheres seja diminuído.

Os temas de atuação política podem ser divididos por categorias, conforme o impacto nas políticas públicas ou de governança. Para Miguel e Feitosa (2009), *Hard politics* constituem o núcleo do processo político, em especial o exercício do poder de Estado e a gestão da economia. *Soft politics* abarcam assuntos voltados para a temática social. *Middle politics* contemplam temas de abordagens mistas, como "previdência social", incluindo questões relativas aos pensionistas e às contas públicas. Mulheres atuam, proporcionalmente, mais do que homens em *soft politics* (PERLIN et. al., 2016) .

Vamos retomar nossa brincadeira com o condomínio? O que gera maior discussão no condomínio: aumento da taxa de condomínio para renovar a iluminação das áreas públicas ou a aprovação de uma cartilha sobre violência doméstica? Provavelmente o que vai gerar mais necessidade de discussão e convencimento é aquele tema que mexe no bolso de todos e que vai implicar algum contrato com uma grande empresa. Nesse caso, pode-se dizer que a taxa para mexer na iluminação seria um exemplo de *hard politics*, enquanto a cartilha sobre violência seria um exemplo de *soft politics.*

Observe que o custo de negociação de votos para o aumento da taxa é muito maior do que conseguir apoio para uma cartilha. Na política é assim: temas que são mais pesados, que envolvem questões orçamentárias e estruturais, são mais difíceis de negociar do que temas que envolvem assuntos mais leves, como questões culturais e de família, por exemplo.

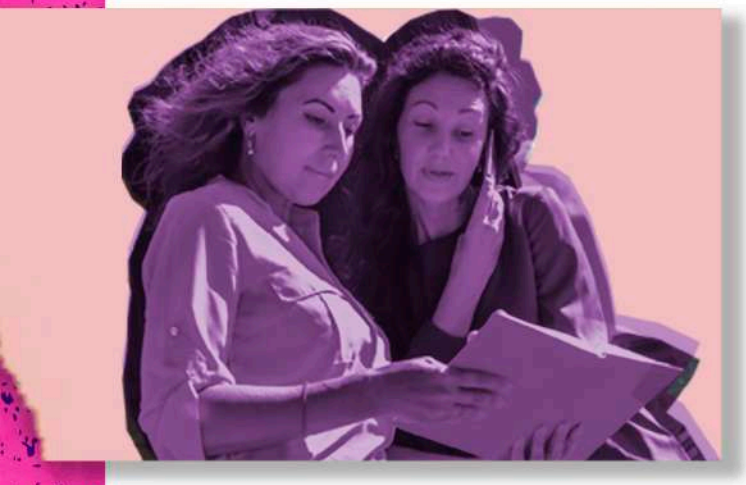
Como temos observado em nossas discussões, mulheres e homens ocuparam espaços bem delimitados ao longo da história, sendo o principal lugar da mulher o mundo da família e as atividades de cuidado. Há uma espécie de extensão das questões relacionadas ao cuidado e família, como se fossem habilidades ou capacidades naturais da mulher. E, por outro lado, as capacidades e habilidades de ser produtivo economicamente são direcionadas aos homens. Esses espaços e papéis rígidos se repetem na política, já que mulheres apresentam maior atividade legislativa em torno desses temas.

E são justamente esses temas os que possuem menor valor político, apesar de serem extremamente importantes para uma nação. Estudos de Figueiredo e Limongi (2009) já identificaram as agendas políticas mais caras no cenário político, e não são as pautas sociais. Parlamentares, de forma geral, alcançam maior sucesso legislativo nas questões com menos importância na hierarquia legislativa, consideradas como agenda social, enquanto o Poder Executivo se dedica mais à agenda econômico-administrativa, mais cara.

O que fazer?

Um dos maiores mal-entendidos acerca de mulheres na área de atuação política é acreditar que elas precisam conhecer a fundo determinado tema para atuar nele. A verdade é que é impossível a qualquer político conhecer profundamente todos os assuntos que fazem parte do escopo de atuação política.

Ou seja, não há como conhecer toda a legislação orçamentária e ainda compreender todo o sistema de educação, de saúde, toda a legislação sobre energia, toda a questão de segurança pública, toda a complexa questão tributária, agrária ou de indústria e comércio. Geralmente, as pessoas se concentram em uma área e se utilizam de assessorias e consultorias para atuarem em outras. Ou, ainda, o que ocorre muito nos Legislativos e Executivos, políticos se concentram em buscar informação de qualidade, produzida por consultores, assessores ou secretarias de governo especializadas, para tomarem suas decisões.



De fato, a principal responsabilidade de um político do Legislativo, no nosso modelo de democracia, é representar o povo, principalmente por meio de duas atividades de legislar e de fiscalizar, e realizar articulações políticas.

2. Delegue atividades técnicas e otimize seu tempo

Sempre que parlamentares se manifestam em relação a um projeto de lei, que votam a favor ou contra uma medida provisória, que fazem um discurso em plenário, estão fazendo valer os votos de seus eleitores, ou seja, estão representando seus eleitores. Como um CEO de uma grande companhia, não há como saberem de tudo o tempo todo. Mas, sim, podem usar o seu staff para buscar e analisar as informações necessárias para a tomada de decisão. Com o auxílio de colaboradores, parlamentares podem usar seu tempo de forma mais eficiente, fazendo o trabalho de representação enquanto especialistas fazem o trabalho de coleta e tratamento de informações que serão utilizadas no momento apropriado.

Quando uma mulher na política se dá conta de que não precisa saber tudo e, principalmente, que deve usar seu tempo de forma eficiente (portanto, não poderá utilizá-lo para analisar mais de 3000 proposições legislativas que estão em andamento, por exemplo) ela fica mais confiante para se expressar, usa melhor seu tempo para atividades de contato com eleitores e outros parlamentares, e pode ampliar sua atuação em várias áreas temáticas, extrapolando a atual concentração de mulheres em temas com pouco valor de agenda.

Assim, escolher uma equipe com conhecimento técnico e utilizar o corpo de servidores disponíveis no Legislativo são essenciais para moldar o ambiente de apoio parlamentar que a mulher precisa para fazer um trabalho de qualidade na política.

O que fazer?

1. Delegue o trabalho de buscar informações e construir análises. Utilize a equipe técnica para construir ações legislativas como discursos e proposições legislativas. O seu principal trabalho é reconhecer quais são os temas principais dos seus representados e do país e defendê-los. Identificados os temas, coloque sua equipe para preparar relatórios resumidos em cima dos quais você irá trabalhar. Você dirá o que pretende com determinada proposição legislativa, e a equipe especialista irá desenvolver e apresentar o material para sua aprovação.

2. Seja curiosa: não tenha receio de pedir explicações, pois você não é a especialista. Faça com que sua equipe se empenhe em explicar de uma forma que você entenda.

3. Duvide e questione: tenha o cuidado de sempre pedir prós e contras, além de, ao menos, duas opiniões divergentes, para que você possa avaliar os contrapontos e conhecer mais de uma visão sobre o mesmo problema. Assim, quando algum interessado ou opositor apresentar seus argumentos, você não estará desprevenida.

4. Avalie o impacto das proposições no seu partido. Se possível, troque ideias com pares de confiança para obter impressões.

5. Avalie o impacto das proposições em seus representados. Tenha uma rede de eleitores com os quais você sempre mantenha contato, e chame para reuniões os principais interessados e impactados por proposições. Esta ação representativa ajuda a avaliar dificuldades que virão pela frente, possíveis opositores e potenciais apoiadores, além de lhe vincular a imagem de alguém que ouve diversas perspectivas para formar a sua.

6. Escolha ao menos uma área de hard politics para atuar. Faça-se presente e coloque sua equipe para trabalhar. Assim, você passará a ganhar espaço em áreas mais caras para a política, e terá mais chance de participar realmente do jogo.

7. Peça relatorias de projetos de lei. Novamente, você será a articuladora, não a especialista. Consultores e audiências públicas serão responsáveis pelo conteúdo técnico de seu parecer de relatora. Você deve se focar na articulação política.

3. Ocupe espaços estratégicos

Os espaços permitidos ou escolhidos para a atuação parlamentar feminina são repetições dos tradicionais espaços de gênero. Os locais nos quais ocorrem os processos decisórios estratégicos são ocupados por homens. Miguel e Feitosa (2009) atribuem essa distribuição, em parte, a questões partidárias, já que a distribuição dos deputados nas comissões depende de indicações e anuências dos partidos. Os partidos, conforme aponta Pippa Norris (2004), funcionam como ponte entre a sociedade e o governo, estruturando a escolha eleitoral, recrutando candidatos legislativos, provendo uma agenda legislativa no governo.

Assim, nas negociações de ocupação dos espaços, as mulheres são colocadas em locais de pouca importância política, como comissões com temáticas de família, educação e idosos. Elas também são raras em mesas diretoras ou nas presidências de legislativos.

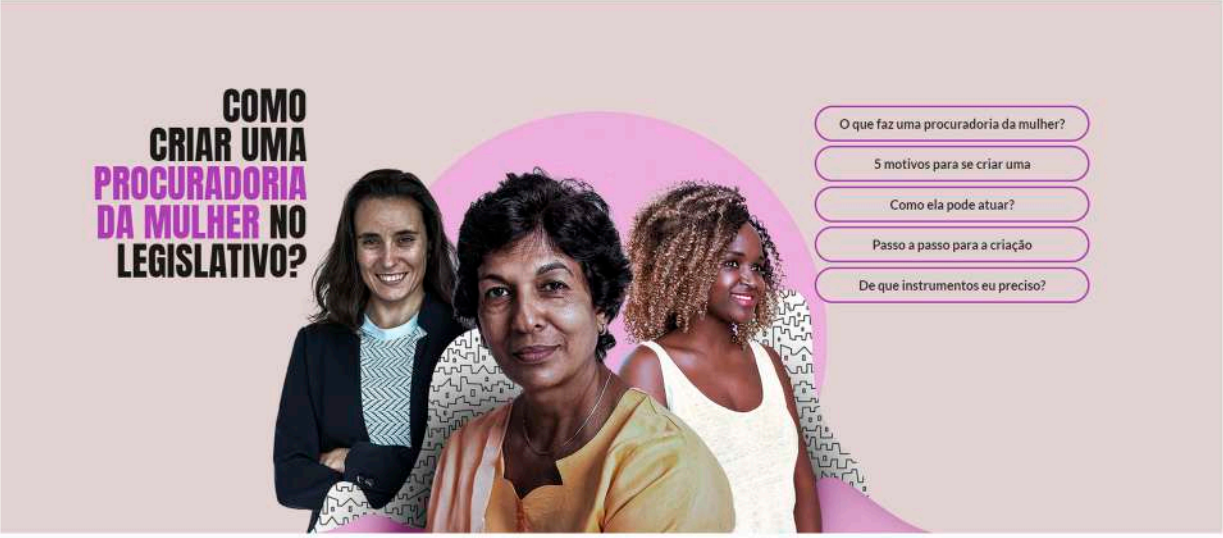
O que fazer?

Articule com o partido e líder, se for o caso, para que ao menos uma mulher componha comissões de hard politics e também presida uma comissão desse tipo. Também negocie presidências e relatorias importantes, principalmente em comissões especiais, nas quais o relator e o presidente concentram grande poder de articulação com os interessados. Negocie forte: se não for aceita a presidência, exija a relatoria. Explique que as mulheres não podem mais ficar apenas como figurantes no processo. No Executivo, deve-se fazer o mesmo com secretarias e demais pastas de governo.

Negocie também que uma mulher deve compor a Mesa Diretora da Casa Legislativa, ou uma secretaria de governo, ao menos. Faça acordos do tipo: uma comissão importante no primeiro período e um cargo na Mesa no próximo. É importante fazer pressão, para que não se continue pensando que as mulheres estão indiferentes à participação em cargos relevantes na Casa Legislativa.

Nesse processo, contar com o apoio da bancada feminina ou de secretarias e procuradorias de mulheres é fundamental. Se seu Legislativo ou Executivo não possuir nenhum órgão ou estrutura desse tipo, tome a frente e construa um. Isso vai alavancar sua influência.

Para criar uma Procuradoria da Mulher no Legislativo, propomos que acesse este material que a Câmara dos Deputados elaborou que contém todos os passos e incentivos para que esse órgão seja criado, o que certamente vai fortalecer a luta pelos direitos da mulher. Acesse o material "Como criar uma Procuradoria da Mulher no Legislativo?" (link)



Além de mostrar poder de influência, uma estrutura desse tipo pode negociar cadeiras com direito a voto nas mesas diretoras ou conselhos consultivos, além de tempo para pronunciamento em plenário, entre outras prerrogativas típicas de líderes partidários.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. O Ultrapresidencialismo estadual. In: ANDRADE, R. C. (org.) Processo de governo no município e no estado. São Paulo, Edusp. 1998.

ADRIÃO, K.G. e BECKER, S. Algumas Reflexões sobre Produção da Categoria de Gênero em Contextos como o Movimento Feminista e o Poder Judiciário. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 16(2):273-292, 2006.

ALAMBERT, Zuleika. A Mulher na História. A História da Mulher. Fundação Astrojildo Pereira, Brasília, 2004. p. 27.

ALVARES, Maria Luzia Miranda. Between Voters and Eligible Candidates: Women and The Making of The Electorate in Brazilian Democracy - Who Votes? Who is a Candidate?. Cad. Pagu, Campinas , n. 43, p. 119-167, dez. 2014 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200119&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 maio 2015. http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400430119.

ALVES, José Eustáquio Diniz e CAVENAGHI, Suzana Marta. Indicadores de desigualdade de gênero no brasil. Mediações, Londrina, V. 17 N. 2, P. 83-105, JUL./DEZ. 2012.

ARENDT, H. Sobre a violência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. (Original publicado em 1970)

AVELAR, Lucia. Mulheres na elite política brasileira. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer e Editora da UNESP, 2001.

BIROLI, Flávia. Autonomia e Desigualdade de Gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática. São Paulo, Editora Horizonte, 2013.

C. BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESIDIO, Mirella de Holanda. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. Rev. Mal-Estar Subj., Fortaleza , v. 7, n. 2, p. 451-478, set. 2007.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. (Tradução Maria Helena Kuhner). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRAGA, Sérgio Soares; NICOLAS, Maria Alejandra. Prosopografia a partir da web: avaliando e mensurando as fontes para o estudo das elites parlamentares brasileiras na internet. Rev. Sociol. Polit., Curitiba , v. 16, n. 30, p. 107-130, Junho, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782008000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 nov. 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2014 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: < PNAD 2014. http://loja.ibge.gov.br/pnad-2014-sintese-dos-indicadores.html>. Acesso em: 16 nov. 2015.

BRASIL. Regimento Interno da Câmara dos Deputados: resolução nº 17, de 1989. 9. Ed. Brasília, 2012.

CARREIRAO, Yan de Souza. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília , n. 14, p. 255-295, Agosto, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522014000200255&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 out. 2015.

CARREIRAO, Yan de Souza; KINZO, Maria D'Alva G.. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). Dados, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 131-167, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 out. 2015.

CASTRO, André e CARVALHO, Sidney. Senado Federal: O Edifício e Sua História. Em Senatus, Brasília, v.8, n.1, p.156-195, abr. 2010. p. 169-170; 173.

CHARLE, Christopher. A prosopografia ou biografia coletiva: balanços e perspectivas. In: Por outra história das elites. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

COSTA, J.F. Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico. Rio de Janeiro: Rocco, 1998

COUTO, R.C.C. de M. Eugenia, loucura e condição feminina. Cad Pesqui., 1994, agosto; (90):52-61.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Loucura, gênero feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.9, n.18, p.121-144. ago.-set. 1989, p. 155.

CUNHA, T. R. A. O preço do silêncio: mulheres ricas também sofrem violência. Vitória da Conquista: Uesb, 2007.

DIAP. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Radiografia do Novo Congresso - Legislatura 2015-2019. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=513&view=viewcategory&catid=41>. Acesso em: 16 nov. 2015.

DIAS, Mônica. A Construção do casal: um estudo sobre as relações conjugais contemporâneas. Tese de Doutorado, PUC, Rio de Janeiro, 2000.

ENGELS, F. (2000). A origem da família, da propriedade privada e do estado. Rio de Janeiro: Bertrand.

ENGEL, Magali Gouveia. Sexualidades interditadas: loucura e gênero masculino. Hist. cienc. saude-Manguinhos, Rio de Janeiro , v. 15, supl. p. 173-190, 2008

FERREIRA-SANTOS, E. Ciúme: O medo da perda. São Paulo: Claridade, 2003.

FIGUEIREDO, Lilia Simões Barbosa. Duplo nó: o discurso médico e a culpabilização das mulheres nas propagandas de revistas femininas (1930-1950). Fazendo Gênero, 9, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 23 a 26 de agosto de 2010, p.8.

FLEISCHER, David. Articulação de coligações no Brasil – antes e depois da verticalização (1994 e 1998 versus 2002 e 2006): impactos sobre os partidos. In: Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências. Orgs. KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto e MIGUEL, Luis Felipe. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiffung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p.187-216.

FONSECA, Denire Holanda da; RIBEIRO, Cristiane Galvão; LEAL, Noêmia Soares Barbosa. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. Psicol. Soc., Belo Horizonte , v. 24, n. 2, p. 307-314, Aug. 2012.

FOX, Richard L.; LAWLESS, Jennifer L.. Entrando na arena: gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 8, p. 129-163, Agosto, 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522012000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 Mar. 2016.

GAY, P. A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: a paixão terna. Volume 2. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

GIDDENS, A. A transformação da Intimidade. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

GUIMARÃES, M. C. & PEDROZA, R. L. S.. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. Psicologia & Sociedade, 27(2), 256-266, 2015.

HANS, M.F. As mulheres e o dinheiro: história de uma conquista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Cadernos pagu (22) 2004: pp.201-246.

HEINZ, Flávio. Por outra história das elites. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de Indicadores Sociais - Uma análise das condições de vida da população brasileira 2013. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, 32. Rio de Janeiro, 2013.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. Rising Tide: Gender, equality and cultural change around the word. New York, Cambrige University Press, 2003.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. Women in Parliament in 2015. Geneva, Switzerland, 2016. Disponível em: <http://www.ipu.org/pdf/publications/WIP2015-e.pdf>. Acesso em 15 mar. 2016.

KEHL, M.R. Deslocamentos do Feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

KRAUSE, Silvana; GODOI, Pedro Paulo Alves. Coligações eleitorais para os executivos estaduais (1986-2006): padrões e tendências. In: Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências. Orgs. KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto e MIGUEL, Luis Felipe. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiffung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p.41-97.

LUCENA, Kerle Dayana Tavares de et al . Análise do ciclo da violência doméstica contra a

MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvio: representação e “singularidade feminina”. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v.1, n.2, p.-253-267, out. 2000.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Caldeidoscópio Convexo: Mulheres, Política e Mídia. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. Opin. Publica, Campinas , v. 15, n. 1, p. 55-81, jun. 2009 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 maio 2015. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762009000100003.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. Rev. Estud. Fem., Florianópolis , v. 18, n. 3, p. 653-679, dez. 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000300003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 maio 2015. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2010000300003.

MIGUEL, Luis Felipe; MACHADO, Carlos. De partido de esquerda a partido do governo. O PT e suas coligações para prefeito (2000 a 2008). In: Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências. Orgs. KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto e MIGUEL, Luis Felipe. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiffung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p.345-371.

MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 363-385, Sept. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 out. 2015.

OLIVEIRA, Kátia Lenz Cesar de; GOMES, Romeu. Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 16, n. 5, p. 2401-2413, May, 2011.

OMS. Version of the Introduction to the World Report on Violence and Health (WHO). Geneve: WHO, 2002.

ONU. United Nations Development Programme's Regional Bureau for Europe and the CIS. Drafting gender-aware legislation: how to promote and protect gender equality in central and eastern europe and in the commonwealth of independent states. Slovakia, 2003.

PACHECO E SILVA (1950, p. 22) apud COUTO, R.C.C. de M. Eugenia, loucura e condição feminina. Cad Pesqui., 1994, agosto; (90):52-61.

PASSOS, Rachel Gouveia. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH: São Paulo, julho 2011, p. 5.

PASSOS, Rachel Gouveia. Mulheres e Reforma Psiquiátrica: o lado esquecido da história. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH: São Paulo, julho 2011, p. 5.

PATEMAN, Carole. Feminist critiques of the public/private dichotomy, (Capítulo 6) In: The Disorder of Women: Democracy, feminism and political theory. Stanford: Stanford University Press, 1989.

PEIXOTO, Mônica Monteiro; HEILBORN, Maria Luiza. Mulheres que amam demais: conjugalidades e narrativas de experiência de sofrimento. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 45-62, Apr. 2016.

PEREIRA, Carlos; MELO, Marcus Andre (2012). The surprising success of multiparty presidentialism. Journal of Democracy, v. 23, n. 3, p. 156-170.

PERLIN, Giovana Dal Bianco; Busanello, Elisabete; Abreu, Mariana; Pompeu, Ana, Kawano, Natalia Mateus. Women's Presence in the Brazilian Chamber of Deputies and Political Representation: How Women Represent Women? Panel. 24º World Congress of Political Science. Poznan, Poloand, 2016. https://wc2016.ipsa.org/my-ipsa/events/istanbul2016/paper/womens-presence-brazilian-chamber-deputies-and-political-represent

PERLIN, Giovana D. B.; DINIZ, Gláucia R. S. Políticas familiarmente responsáveis no Brasil: interação família trabalho nas agendas de políticas estatais e organizacionais. E-legis, n. 20, p. 119-137, 2016.

PERLIN, G.D.B. Gênero, multissexualidade e tendências sexuais contemporâneas: desafios para uma atuação ética. Revista da Faculdade Regional da Bahia, Salvador, v. 1, p. 78-92, 2006.

PERLIN, Giovana; SANTOS, Manoel. (Org.). Presidencialismo de Coalizão em Movimento. 1ed.Brasília: Edições Câmara, 2019, v. 1, p. 459-479.

PIMENTEL, S. Experiências e Desafios: Comitê sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW/ONU) - relatório bienal de minha participação. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

PINHEIRO, Luana Simões. Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituinte. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/2121>. Acesso em: 02 jun. 2015.

PINSKY, J. (1988). As primeiras civilizações. 3 ed. São Paulo: Atual.

PINTO, Celi Regina Jardim. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. Revista USP, São Paulo, n.49, p.98-113, mar./maio, 1998.

PORTO, Madge; BUCHER-MALUSCHKE, Júlia S. N. F. A permanência de mulheres em situações de violência: considerações de psicólogas. Psic.: Teor. e Pesq., Brasília , v. 30, n. 3, p. 267-276, Sept. 2014.

RICOTTA, L.C.A. O Vínculo Amoroso: A trajetória da vida afetiva. 3 ed. São Paulo: ÁGORA, 2002.

RODRIGUES, A. Construindo a perspectiva de gênero na legislação e nas políticas públicas. Em Cadernos 12: Estudos de Gênero, Goiânia, 2001.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, Ideologia e Composição Social: Um Estudo das Bancadas Partidárias na Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. Opin. Publica, Campinas , v. 18, n. 1, p. 177-197, Junho, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 Mar. 2016.

SANTOS, Maria Helena; AMANCIO, Lígia. A (in)justiça relativa da acção positiva- A influência do género na controvérsia sobre as quotas baseadas no sexo. Aná. Psicológica, Lisboa , v. 28, n. 1, jan. 2010 . Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312010000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 maio 2015.

SANTOS, Maria Helena; AMANCIO, Lígia. Resistências à Igualdade de Género na Política. Ex aequo, Vila Franca de Xira , n. 25, 2012 . Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602012000100005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 maio 2015.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SILVA, Rafael Silveira e; ARAUJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. Ainda vale a pena legislar: a atuação dos agenda holders no Congresso brasileiro. Rev. Sociol. Polit., Curitiba , v. 21, n. 48, p. 19-50, dez. 2013 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000400002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 09 fev. 2017. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782013000400002.

WORLD CLASSIFICATION. Women in national Parliaments. Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>. Acesso em: 13 fev 2015.

WORLD ECONOMIC FORUM. Global Gender Gap Report 2020. Switzerland, 2020. Disponível em http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2020/dataexplorer

ZOVATTO, Daniel. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. Opin. Publica, Campinas, v. 11, n. 2, p. 287-336, Outubro, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762005000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 Mar. 2016.

Portal EVC
Onde Educação
Vira Cidadania